

**AgInt nos EDv nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº  
1.421.618 - RJ (2012/0017638-6)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE : CARVALHO HOSKEN S A ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES**  
**ADVOGADOS : CARLOS EDUARDO CAPUTO BASTOS E OUTRO(S) - DF002462**  
**CARLOS AUGUSTO SOBRAL ROLEMBERG - DF008282**  
**IRAN MACHADO NASCIMENTO - DF013105**  
**PAULO ROBERTO SARAIVA DA COSTA LEITE - DF003333**  
**RONEI RIBEIRO DOS SANTOS - DF018118**  
**ANA CAROLINA ANDRADA ARRAIS CAPUTO BASTOS -**  
**DF026891**  
**FERNANDO GONÇALVES - DF032842**  
**AGRAVADO : MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADOR : ALEXANDRE NERY BRANDÃO E OUTRO(S) - RJ051739**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. DESAPROPRIAÇÃO. RETROCESSÃO. DESTINAÇÃO DIVERSA DO IMÓVEL. PRESERVAÇÃO DA FINALIDADE PÚBLICA. TREDESTINAÇÃO LÍCITA MATÉRIA PACIFICADA. SÚMULA 168/STJ. INVIABILIDADE DE ANÁLISE DE DISSENSO. PRECEDENTES.

1. O recurso de embargos de divergência tem a finalidade de uniformizar a jurisprudência interna do Tribunal, com vistas a afastar eventual conflito em torno dela. É cabível nos casos em que, embora a situação fática dos julgados seja a mesma, há dissídio jurídico na interpretação da legislação aplicável à espécie entre as Turmas que compõem a Seção ou entre as Seções que compõem o Tribunal.

2. Como é possível verificar, trata-se de recurso limitado à análise da divergência jurisprudencial, não se prestando para revisar o acórdão embargado a fim de avaliar a justiça do entendimento exarado. Precedentes.

3. Hipótese em que o acórdão embargado entendeu que, na hipótese, ficou preservado o interesse público.

4. Não cabem embargos de divergência quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado, consoante a Súmula 168/STJ.

5. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que não há falar em retrocessão se ao bem expropriado for dada destinação que atende ao interesse público, ainda que diversa da inicialmente prevista no decreto expropriatório. Precedentes.

6. A finalidade dos embargos de divergência é a uniformização da

# *Superior Tribunal de Justiça*

jurisprudência do tribunal, não se apresentando como um recurso a mais nem se prestando para a correção de eventual equívoco ou violação que possa ter ocorrido no julgamento do recurso especial (AgInt nos EAREsp 862.496/MG, Rel. Min. Herman Benjamin, Corte Especial, julgado em 16/11/2016, DJe 30/11/2016).

7. Agravo interno a que se nega provimento.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa, Gurgel de Faria, Herman Benjamin e Napoleão Nunes Maia Filho votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília, 27 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes  
Relator